



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 7

**“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
O DESENVOLVIMENTO SOCIAL”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

Eixo 7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MR7.1.- Políticas de Saúde, Meio Ambiente e Educação: Desafios latino- americanos

EMENTA

A mesa apresenta as relações intrínsecas entre saúde, meio ambiente e educação, fortalecendo uma visão interdisciplinar na qual a educação, como determinante cultural da sociedade, configura-se como eixo principal nas condições ambientais e de saúde pública dos países. Em segundo lugar a mesa se propõe a analisar a importância da política pública e seus desafios, considerando a necessária transição de uma política centralista para uma descentralizada; e de uma visão setorial para uma inter ou intrassetorial. Por último a mesa se propõe a analisar criticamente os desafios socioambientais da região e as políticas públicas de educação, saúde e meio ambiente elaboradas para responder a aqueles desafios, a partir de uma visão bidimensional, marcando as diferenças entre o discurso da política pública e a ação concreta, que nos assola. Propõe ainda apresentar um caso de política pública local, nacional e regional.

Coordenador: Arlindo Philippi Junior: Universidade de São Paulo - (USP – BRASIL)
Álvaro Cardona Saldarriaga: Universidad de Antioquia - (COLÔMBIA)
Lisardo Osório Quintero: Universidad de Antioquia - (COLÔMBIA)
Ipojucan Calixto: Universidade Positivo (UP - BRASIL)
Daniel Luzzi: Universidade de São Paulo - (USP – BRASIL)
Octávio Elísio Alves de Brito: presidente do Unesco-HidroEX - (UNESCO – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E CRÉDITOS DE CARBONO NO BRASIL: UM OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Antonio Lorenzoni Neto**).

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL: UMA ESTRATEGIA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO FOMENTO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (auto(es/as): **Fernanda Fonseca da Fonseca**).

SERVIÇO SOCIAL, CULTURA E EDUCAÇÃO: BASES PARA UMA NOVA CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PROFISSÃO NO SÉCULO XXI (autor(es/as): **Gleidson Alves Pantoja**).

UMA CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA PARA A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO (autor(es/as): **Maria Onide Ballan Sardinha**).

GRANDES USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMÉRICA LATINA: O ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO (autor(es/as): **Markus Gustav Fendel**).

GOVERNAÇÃO TERRITORIAL NA FRONTEIRA MERCOSUL: SAÚDE E MEIO AMBIENTE EM DEBATE (autor(es/as): **Maurício Pinto da Silva**).

FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL EN LA COMUNA DE OSORNO: APROXIMACIONES INTERDISCIPLINARIAS (autor(es/as): **Víctor Hugo Venegas Giacomozzi**).

MR7.2. Ministério Público e Políticas Sociais

Coordenador: Saint-Clair Honorato Santos - Procurador Público do Paraná – (BRASIL)
Gustavo Javier Gimena: Procurador Geral da Câmara de Apelação da Província de Tucuman - (ARGENTINA)
Enrique A. Viana Ferreira: Procurador - (URUGUAY)
Nícia Regina Sampaio: Promotora Pública do Espírito Santo – (BRASIL)
Margaret Matos de Carvalho: Promotora Pública do Paraná – (BRASIL)

MR7.4. Soberania alimentar, economia solidária e sustentabilidade: o papel da universidade

EMENTA

Esta mesa propõe o debate sobre o papel da universidade frente aos condicionantes sociais e econômicas que influenciam a cultura, a Soberania, a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e, por conseguinte, a sustentabilidade dos povos latino-americanos. O fortalecimento das ações em prol de movimentos como: economia solidária, agroecologia, projetos e práticas socioambientais serão pautados de forma a subsidiar e aprofundar o debate. Nesse sentido, serão enfatizadas as experiências que apontem para estratégias e modelos alternativos de convivência e preservação (natureza e cultura) que priorizem o manejo sustentável, o uso e a difusão de tecnologias capazes de fortalecer as unidades políticas e as ações, como um movimento de transformação da sociedade protagonizado por aqueles e aquelas que lutam por uma sociedade mais justa e equitativa no campo e na cidade do continente latino-americano.

Coordenadora: Islândia Bezerra – Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Gracialino Dias: Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Carlos Alberto Cioce Sampaio: Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Julián Perez: Universidade Federal da Fronteira Sul e Rede Ecovida – (UFFS - BRASIL)
Valter Bianchini: Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Paraná - (FAO - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) E POLÍTICAS PÚBLICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM RETRATO DA EXECUÇÃO DO PNAE NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ (autor(es/as): **Andreia Perussolo Dos Santos**).

MUDANÇA DO HÁBITO ALIMENTAR EM CRIANÇAS SUBMETIDAS A TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO E/OU RADIOTERÁPICO NO HOSPITAL DO CÂNCER DE LONDRINA/PR. (autor(es/as): **Diana Souza Santos Vaz**).

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS/MS: UM CONCEITO MULTIVOCAL (autor(es/as): **Magda Luiza Mascarello**).

ARTESANATO UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO PELO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO LITORAL DO PARANÁ (autor(es/as): **Mayra Taiza Sulzbach**).

FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: RESGATE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-AMBIENTE ATRAVÉS DA AGROFLORESTA (autor(es/as): **Regiane Fonini**).

PRÁTICAS ALIMENTARES, IDENTIDADE CULTURAL E SOCIABILIDADE: A COMIDA NO CONTEXTO DAS FESTAS COMUNITÁRIAS (autor(es/as): **Carla Pires Vieira Da Rocha**).



A INSERÇÃO DO COTISTA NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE COTAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Resumo:

O resumo reside em uma proposta na qual se pretende investigar sociologicamente como os egressos cotistas negros das Universidades Públicas (Estaduais e Federais) têm conseguido inserção no mercado de trabalho brasileiro na atualidade, sociologicamente como os egressos cotistas negros das Universidades Públicas (Estaduais e Federais) têm conseguido inserção no mercado de trabalho brasileiro na atualidade, uma vez que o mesmo passou por profundas mudanças, nos últimos tempos, ou seja, uma radical reestruturação produtiva. Nossa preocupação central consiste em analisar a inserção do negro cotista, que enfrenta a situação de discriminação e preconceito dentro de um mercado de trabalho marcado com muitas contradições. Contradições criadas por um modelo de capitalismo segmentado e segmentador dos processos de acumulação do capital. Elas interferem bruscamente na educação, ou seja, o processo educativo passa a se constituir em práticas sociais mediadoras subordinando o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedade privada, valores de troca. Com isso, deixa-se de lado a preocupação fundamental que seria analisar o trabalho em sua forma mais ampla, com um instrumento do processo de humanização, e a educação (seja básica, profissional ou superior) se torna apenas uma via para melhorar rendimentos ou ascender socialmente.

Introdução

O artigo em questão reside em uma proposta que pretende analisar sociologicamente como os egressos cotistas negros das Universidades Públicas (Estaduais e Federais) que foram pioneiras na implantação das políticas afirmativas (sistema de cotas, etc.) têm conseguido inserção no mercado de trabalho brasileiro na atualidade, uma vez que o mesmo passou por profundas mudanças, nos últimos tempos, ou seja, uma radical reestruturação produtiva.

Ressaltamos que o interesse nessa temática ocorre em virtude de análises sociológicas, que em principio foram desenvolvidas por Florestan Fernandes, mostraram que o mercado em determinadas profissões privilegia alguns indivíduos em função da cor da pele. Verifica-se que

em amplos setores profissionais na sociedade capitalista brasileira, algumas ocupações que oportunizam os maiores rendimentos e as melhores oportunidades são deliberadamente preenchidas por brancos, enquanto outras abrigam aqueles indivíduos com menores possibilidades escolares e profissionais, como é o caso dos negros,



auferindo rendimentos inferiores. (SANTOS, 2004).

Fernandes (1972) pontua que desde o fim da escravidão o ex-agente de trabalho escravo não participou do surto econômico. Com a vinda dos imigrantes estes indivíduos foram desalojados das posições mais ou menos vantajosas que poderiam ocupar. Dessa forma, mesmo com a revolução burguesa o elemento negro e mulato tanto no meio rural, quanto principalmente no meio urbano, dos fins do século XIX até a década de 1930, foram desfavorecidos, não participando das oportunidades econômicas.

Outros autores como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva (1988) reintroduziram a discussão acerca das desigualdades sociais entre brancos e negros. Utilizando técnicas de pesquisa quantitativas percebem que as desigualdades entre esses dois grupos têm como componente preponderante a questão racial e que há um “ciclo cumulativo de desvantagens” dos negros, pois em cada estágio de competição social, novas discriminações aumentam esta desvantagem. Partindo das considerações de Florestan Fernandes, sobre a integração tardia do negro na sociedade de classes, Carlos Hasenbalg verifica que esta aconteceu de uma forma subordinada, onde preconceito e a discriminação reforçavam essa subordinação (*apud* DIAS, 2009).

Rendimentos médios, disparidades sociais e flexibilização do trabalho.

Quando discutimos a questão dos rendimentos médios dos negros nos anos iniciais do século XXI, observamos de acordo com IBGE (2008) que ainda são sempre menores. A diferença revela a histórica dificuldade enfrentada por essa parcela da população no acesso a serviços de educaçãoⁱ e saúde, mas, principalmente, a permanente discriminação experimentada por todos aqueles que têm na sua cor da pele, elementos que o diferenciem do padrão aceito na sociedade. Porém, há estudos que apontam para uma redução das diferenças de acesso ao mercado de trabalho entre a população negra e não-negra nos últimos 20 anos.

Em 1992, por exemplo, o rendimento médio dos homens negros representava 49,2% do rendimento dos brancos. Este patamar de diferença variou



um pouco entre 1992 e 2007, mas até 2004 não se notou grandes avanços. É a partir de 2004 que o rendimento dos homens negros dá sinais de recuperação, alcançando 54,2% do rendimento dos homens brancos em 2007 (BRASIL, MTB, 2008).

Todavia, a disparidade ainda é elevada e sugere que sem um conjunto consistente de políticas afirmativas não será superada em um futuro próximo. Por isso, reforçamos que nossa preocupação central é analisar a inserção do negro cotista, que enfrenta a situação de discriminação e preconceito dentro de um mercado de trabalho com muitas contradições. Contradições oriundas de mudanças impostas por uma reorganização da divisão internacional do trabalho, promovida pela reestruturação produtiva do capital.

A questão da reestruturação produtiva insere-se num quadro muito complexo. Faz-se importante destacar que nesse quadro temos a fragmentação heterogeneizada e a desestruturação do trabalho, polarizadas no trabalho/flexível/integrado e o trabalhador precarizado marginalizado. Essa reestruturação de mercado procura conciliar políticas de corte neoliberal, que reúnem a flexibilização do trabalho e a desregulamentação da proteção social, sobretudo a trabalhista. Assim a chamada crise do trabalho está na base de uma instabilidade continuada do capitalismo contemporâneo. E as contradições envolvidas nesse processo, certamente, projetam para o futuro incertezas, violências e uma degradação acentuada das condições de vida e de trabalho (KORNIS, 1998), principalmente para os países em desenvolvimento. (*apud* SOUZA, 2006)

O fim do socialismo real e da Guerra Fria, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, inaugura uma nova era nas relações internacionais, agora lideradas pelos Estados Unidos da América [...] Essa nova ordem, em formação, de supostas relações multipolares apoiadas nas teorias ditas modernas, está sob o domínio das grandes empresas transnacionais, que tem a seu serviço, além dos governos de seus países, todos os organismos e agências internacionais, como BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial), OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento), a OMC (Organização Mundial do Comércio) o FMI (Fundo Monetário Internacional) [...]. (QUEIROZ, 2000, p. 31).



Sob o forte impacto de uma crise estrutural e da reconfiguração do Estado, novas repostas foram buscadas, como alternativas do capital para a sua crise (ANTUNES, 2000). A partir desse contexto os setores significativos do universo do trabalho sofrem maior impacto, pois, toda a sua organização é redefinida dentro processo que recebe o nome de reestruturação produtiva. Esse processo, de forma restrita, refere-se à incorporação nas plantas produtivas de novas formas de organização e gestão do trabalho. A atual reestruturação produtiva engendrou-se na era do pós-fordismo e da Especialização flexível. Essa expressão, conforme Cattani (1997) “especialização flexível”, consagrada por Piore e Sabel (1984) se constitui como um paradigma alternativo para a crise da produção capitalista, a qual se funda em elementos da produção multipropósito, ancorado em trabalhadores “qualificado” e dotado de capacidade de inovar, constantemente, produtos e processos a baixos custos. Ao mesmo tempo em que precariza a parte a classe trabalhadora localizada nas franjas das grandes cadeias de produção por um lado, e por outro, em virtude das novas tecnologias gera um desemprego estrutural. Ocorre, assim, uma reconversão da produção em massa.

O trabalho, igualmente sofre uma radical reestruturação, caracterizada, entre outras coisas, por um aumento da rotatividade, da competição e estreitamento das margens de lucro. Com isso, acarreta-se uma reorganização do sistema capitalista promovendo mudanças abruptas e consideráveis nos processo produtivos e de trabalho. A especialização flexível utiliza-se também do toyotismo. Alves (2004) considera que o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social de mercadorias sob a era a mundialização do capital.

Segundo Antunes (2003) o fato de a produção ser variada e voltada para os nichos de consumo demanda um trabalhador polivalente, que opere várias máquinas rompendo com a relação um homem/uma máquina que fundamentava o fordismo. Com isso, ocorre uma desespecialização dos operários. Tal modelo de produção supõe a continuidade da mesma lógica, ao mesmo tempo uma simplificação e uma intensificação da exploração do trabalho, própria da produção capitalista. Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas.

Mediante tais mudanças, novas transformações são delineadas profundamente, envolvendo não apenas o processo de produção de mercadorias,



mas todo um arranjo societal. Através de medidas de reorganização da acumulação capitalista, investidores saem ganhando, enquanto o trabalhador sai prejudicado duramente pelo capital. As necessidades e desejos do capital financeiro - organizados no plano do imaginário social pela mídia dominante - incorporam-se no cotidiano da linguagem e do senso comum de homens e mulheres. Por isso, como reflexo da lógica sistêmica do capital parasitário-especulativo, a financeirização não é apenas uma política ou ideologia, é uma cultura hegemônica de um sistema de capital global em crise.

As ações empreendidas pelo capital na busca de recuperar a sua acumulação, levam à desestruturação de formas anteriores de organização do trabalho calçadas nos princípios do fordismo/taylorismo, reorganizando outras formas constitutivas ancoradas na financeirização, que privilegia grupos restritos. Como consequência, tem-se o aumento dos grupos que não participam dos benefícios e dos privilégios, assim como o aumento consideravelmente do desemprego e a exclusão social. Segundo Mészáros (2003), na realidade, a dramática ascensão do desemprego nos países capitalistas avançados não é um fenômeno recente. Ela surgiu no horizonte - depois de 25 anos de uma expansão do capital no pós-guerra relativamente sem perturbações - com o princípio da crise estrutural do sistema do capital como um todo. Surgiu como a característica necessária e sempre em agravação desta crise estrutural. O problema não é mais apenas a condição difícil dos trabalhadores não qualificados mas também a de vastas quantidades de trabalhadores altamente qualificados que estão agora a perseguir, em acréscimo ao primitivo mar de desempregados, os escassos empregos disponíveis. Além disso, a tendência da amputação "racionalizante" já não está mais confinada aos "ramos periféricos da indústria envelhecida" mas abrange alguns dos mais desenvolvidos e mais modernizados sectores da produção - desde estaleiros navais e aviação à eletrônica, e do *engineering* à tecnologia do espaço.

Assim, já não estamos preocupados com os "normais", e bem aceites, subprodutos do "crescimento e desenvolvimento", mas sim com sua tendência para uma travagem, nem na verdade com os problemas periféricos dos "bolsões de subdesenvolvimento" e sim com uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo que converte até as últimas conquistas do "desenvolvimento", da "racionalização" e da "modernização" em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E, acima de tudo, a agência humana que se



considera como a receptadora final já não são as pessoas "desfavorecidas" socialmente e sem poder, multidão apática e fragmentada, mas todas as categorias de trabalho qualificado e não qualificado: i.e, objetivamente a força de trabalho total da sociedade

Em busca de um crescimento econômico razoável nos países centrais do capitalismo, esses resultados são normais. Na América Latina, assim como o Brasil, por exemplo, essas estratégias políticas de dominação burguesa de corte neoliberal significam um conjunto de propostas e exigências de credores para o pagamento da dívida externa efetuada, sobretudo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BALTAR, 1996). Tais orientações objetivam a máxima abertura a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco, ou seja, tudo em nome da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas (BATISTA, 1995).

Na América Latina e no Brasil e, a estratégia adotada para impor as reformas de corte neoliberal foi o discurso de que se deveria aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho com a retirada de alguns benefícios sociais. Entre eles o seguro-desemprego e demais empecilhos ao livre jogo das forças de mercado, pois, nessa ótica, o problema do desemprego é a rigidez do mercado de trabalho. O resultado dessas estratégias foi uma enorme destruição de empregos locais em troca de uma pequena redução no preço do produto do consumidor e um grande custo fiscal para a sociedade como um todo, e, sobretudo para os próprios consumidores que conseguirem manter-se empregados (TAVARES, 1995).

Entretanto, salientamos que no Brasil, o processo de reestruturação, não foi da mesma intensidade que ocorreu em outros países da América Latina, apesar de ter recebido as mesmas orientações das agências internacionais, no início da década de 80. O processo teve início na Gestão Fernando Collor, final da década de 80. Segundo Tavares (1995) essas medidas ocorreram em virtude das ameaças de recessão e pelas perspectivas de diminuição da proteção cambial e tarifária. Diante disso grandes empresas reagiram tentando pela primeira vez um ajuste microeconômico, com redução de custos internos, o que confirmou a recessão e aumentou o desemprego, dando início a uma busca de modernização visando os mercados internacionais.

Antunes (2004) enfatiza que no final da ditadura e no período posterior,



logo no Governo Sarney, na década de 80, o Brasil se encontrava distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do ajuste neoliberal, já em curso nos países centrais. Desse modo, aos poucos se consolidou a reestruturação produtiva e do trabalho no Brasil, mediante as novas tendências de inovação tecnológicas. Das indústrias transnacionais, o setor industrial foi o mais atingido pelo impacto da dinâmica dos acontecimentos que sacudiram o mercado externo fomentando a crise do capitalismo no país.

O objetivo dessas estratégias era buscar a integração das indústrias e empresas nacionais, dentro dos parâmetros no palco econômico, por meio de racionalização e a otimização dos recursos e flexibilidade, em particular na definição do perfil dos clientes, a partir da introdução de novos paradigmas tecnológicos e organizacionais marcados respectivamente, pelas novas tecnologias e o toyotismo (LEITE, 1996).

Por conseguinte, o processo de abertura comercial e financeira, intensificado a partir do final da década de 80, jogou a economia na acirrada competição internacional sem qualquer proteção e com o crescimento da produção apresentando poucos resultados. Em tal dinâmica, as grandes empresas nacionais tornaram-se débeis frente aos seus concorrentes internacionais, do setor financeiro e do governo, submetendo-se ao predomínio da esfera financeira e dos credores, bem como a destruição da produção e do emprego nacional. O produto destas posturas políticas que se apresentaram naquele período e que têm sido hegemônicas na história brasileira apresentou suas formas mais degradantes durante a década de 90, anos em que o crescimento econômico e a mobilidade social pareciam ter desaparecido à nossa realidade.

Nesse período a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente no país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho (ANTUNES, 2004).

Essa situação só ocorreu, segundo Debrey (2003), em virtude da forma com que a reestruturação produtiva se realiza no Brasil, ou seja, de forma dependente e subordinada ao capital externo monopolista e a política desreguladora do Estado neoliberal adotada pelos governos dos anos 90, bem como da forma seletiva e excludente, com a colaboração dos grupos dirigentes locais e de



associados secundários aos interesses hegemônicos dos Estados centrais e das empresas transnacionais. Essa reestruturação, ou seja, a globalização excludente e seletiva, se traduz na desnacionalização da economia brasileira e em uma maior dependência histórico-estrutural ao capital monopolista externo acarretando o desemprego estrutural, a degradação do trabalho e a exclusão de milhões de trabalhadores do processo produtivo.

O desemprego já não é resultado da ausência de crescimento econômico, mas se tornou inerente ao próprio crescimento econômico. No Brasil, essa relação nunca havia se dado de forma intensiva; talvez a melhor expressão do avanço do capitalismo no Brasil seja justamente o registro de profunda heterogeneidade produtiva e desigualdade das relações de trabalho. O mercado de trabalho brasileiro não conseguiu estabelecer uma situação em que o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado para o conjunto da população; ao contrário, criou-se um mercado “altamente flexível” com situações completamente diferenciadas e, em grande medida, precárias. (SEGNINI, 2000).

O IBGE (2007) revelou que houve a ampliação da ocupação nos Serviços prestados à empresa, alugueis, atividades imobiliárias e intermediação financeira, de forma que a participação deste grupamento aumentou de 14,3% em 2006 para 14,9% em 2007. Com relação às estimativas de 2003, este grupamento apresentou o maior crescimento, de 24,0% - o que corresponde a um acréscimo de 602 mil pessoas, também acima da expansão da população ocupada (11,9%). Nos serviços domésticos (1.719 mil pessoas), que respondiam por 8,2% da população ocupada, houve crescimento de contingente tanto em relação a 2006 quanto a 2003 – sendo que os aumentos foram, respectivamente, de 2,8% e 21,7%. No período de 2003 a 2007 os seguintes grupamentos apresentaram crescimento abaixo da média da população ocupada: indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água (8,6%), construção (7,0%), comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis (7,6%). E com crescimentos mais próximos ao do total de ocupados, destaca-se os grupamentos da educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social (10,4%) e outros serviços (11,2%).

Contudo, nos anos iniciais do século XXI, o quadro criado pela reestruturação do capital, mostra segundo o IBGE (2009) que o mercado de trabalho



estaria mais vigoroso, com menos pessoas procurando trabalho; maior poder de compra por parte dos trabalhadores e, para muitos, tem-se registrado que a conquista da carteira de trabalho assinada foi alcançada. Em 2007 (média anual) 42,4% da população ocupada no setor privado tinha carteira de trabalho assinada. Em 2003 este percentual era 39,3%.

O mercado de trabalho, para o conjunto das seis regiões (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) abrangidas pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego), manteve o comportamento de evolução positiva ainda que tenha sido observada desaceleração de alguns indicadores em relação a 2008. O contingente da população ocupada diminuiu em 1,8% em relação a 2008, quando o contingente foi de 21,7 milhões de pessoas ocupadas, para 21,3 milhões em 2009, ou seja, uma redução de 398 mil pessoas. Este resultado contribuiu para que a proporção de pessoas ocupadas no total de pessoas com 10 anos ou mais de idade (média dos 12 meses), passasse de 52,5% em 2008, para 52,1% em 2009 (em 2003 era 50,1%). O percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado passou de 44,1% em 2008 para 44,7% em 2009 (em 2003 era 39,7%). Conseqüentemente, o contingente de trabalhadores que contribuíam para a previdência social também aumentou. Em 2003, 61,2% das pessoas ocupadas contribuíam para a previdência, em 2009 esta proporção cresceu para 66,8%.

Analisamos que o processo de reestruturação ocorrido no Brasil no período que compreende o final do século XX trouxe conseqüências para o mercado de trabalho. Porém, outras áreas também sofreram redefinições para atender as exigências das mudanças. A fim de justificar a exclusão dos trabalhadores do processo produtivo algumas reformas foram empreendidas no sistema de ensino. As reformulações tiveram como objetivo contribuir para a diminuição e amenização das desigualdades socioeconômicas, uma vez que, aumentando-se o nível educacional aumentar-se-iam o crescimento, a produtividade econômica e a distribuição de renda, de forma equitativa, no país. Principalmente no ensino médio, as reformas foram empreendidas, visto que ele não atendia às necessidades do mercado de trabalho, por causa da deficiência dos currículos, da defasagem dos conhecimentos, da evasão escolar e do analfabetismo funcional.

Educação, mudanças no trabalho e diferenças raciais.



Observamos que a educação passou a estar voltada para o trabalho de forma a responder às necessidades adaptativas, funcionais, de treinamento e domesticação do trabalhador, exigidas em diferentes graus, pelo mundo do trabalho na sociedade moderna. Com isso, ela deixa de lado a preocupação fundamental que seria analisar o trabalho em sua forma mais ampla, com um instrumento do processo de humanização, ou seja, Frigotto (2001) destaca que os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras constituintes da sociedade que subordina o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedade privada, valores de troca e a conseqüente alienação e exclusão de milhões de seres humanos da vida digna ou de sua radical transformação.

As organizações internacionais como a ONU, BIRD, UNESCO *etc.* interferiram na condução das mudanças a medida que evidenciaram pesquisas descrevendo que o desempenho do sistema educacional era negativo em relação a qualidade e igualdade de acesso ao mercado de trabalho. À medida que ocorreu uma expansão educativa no Brasil, percebeu-se a deterioração da qualidade do ensino ou do sistema educativo que não permitia atender às necessidades primordiais (as quais consistiam em usar os conhecimentos adquiridos no dia-a-dia) nem às demandas do processo produtivo. (SOUZA, 2003).

Compreende-se que a condição subjetiva do indivíduo, esteja ele apto ao trabalho ou não, não era o fator determinante para que este conseguisse um emprego ou mesmo mantivesse no posto atual, sua inserção no mercado de trabalho dependia antes das vagas abertas do que exclusivamente de sua capacitação para o trabalho (NISHIDA, 2001). Porém, ignorou-se tal realidade e a escola efetuou uma reeleitura sobre a legislação e diante as imensas dificuldades de toda ordem (ausência de recursos humanos, com formação apropriada e adequada, etc.) realizou mais uma vez na historia da educação, uma opção possível para educar os alunos para o trabalho, colocando no currículo disciplinas que aparentemente, preenchiam os requisitos imediatos do mercado de trabalho. (*apud* SOUZA, 2003).

As reformas educacionais não se restringiram apenas a educação básica, o ensino superior também teve suas reformulações. Segundo Didriksson (1993 *apud* GOERGEN 2010) “durante as últimas décadas ocorreu um



reconhecimento explícito do caráter econômico que tem a educação superior, por sua particular relação com a produção de certo tipo de conhecimentos vinculados com a indústria e o desenvolvimento”. Este contingente de conhecimentos, referenciados, por sua utilidade, à produção econômica, “tem importantes implicações na orientação e na estrutura atuais dos sistemas de educação superior”. A estreita relação entre os conhecimentos desenvolvidos na academia e o sistema de produção ocorre em função da base científica das tecnologias modernas de produção.

A inovação e criação tecnológica dependem, cada vez mais, de fatores exógenos, oriundos, por exemplo, de instituições de pesquisa, acadêmicas ou não, externas ao próprio sistema de produção. Em sentido inverso, as novas necessidades, geradas no setor produtivo, interferem nos rumos da pesquisa e, importante lembrar, da formação de recursos humanos na academia. O conhecimento científico, praticamente aplicável nos processos de produção, torna-se o novo valor de troca em substituição ao trabalho manual. Mesmo com esse aparato, a graduação não garante inserção do recém formados no mercado, ou seja, podemos perceber que não existe uma passagem automática da saída da universidade para o mercado de trabalho. (GOERGEN, 2010)

Mais importante, no entanto, é perceber que, ao se excluir medicina, mais da metade (53,96%) das pessoas com nível superior nas áreas consideradas (Direito, Administração, Pedagogia, Engenharia, Letras, Ciências Contábeis e Atuariais, Medicina, Comunicação Social, Odontologia, Educação Física, Psicologia, Matemática, Ciências da Computação, História, Biologia, Artes, Outros de Ciências Biológicas, Enfermagem Ciências e Estudos Sociais) e ocupadas exerciam trabalhos diversos, não necessariamente correspondentes às áreas em que se formaram. Apenas pouco mais da metade das pessoas formadas em Direito, curso com forte viés profissionalizante, exerciam ocupações na área de formação, ou seja, há um grande contingente de pessoas com curso superior que não trabalham na área em que se formaram – com exceção daqueles que fizeram medicina, odontologia e enfermagem, setor altamente profissionalizado (NUNES e CARVALHO, 2007).

Vimos na breve análise que as mudanças no mercado de trabalho influenciaram o ensino geral no Brasil. Os estudos apontam que há um crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, mesmo em um contexto, no qual a educação ainda não é um direito conquistado por todos; e, em seguida, questiona-se



essa relação a partir das desigualdades geracionais, raciais e de gênero. O desemprego crescente de trabalhadores escolarizados, sobretudo nos setores mais modernos da sociedade, é tomado como um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho. (SEGNINI, 2000).

Porém, a educação constitui uma dimensão central para ampliar as chances de uma inclusão promissora no mercado de trabalho. Ela é fator particularmente relevante para o acesso a um mercado de trabalho que, cada vez mais, requer trabalhadores qualificados, capazes de fazer frente à competitividade entre empresas e indivíduos, à demanda crescente de aumento da produtividade e à complexidade dos processos produtivos, incluindo os relacionados à oferta de serviços. A educação também propicia acesso diferencial a outro conjunto de bens e atividades, como os culturais, os tecnológicos e os informativos, todos potencializadores de oportunidades de renda e de ampliação do bem-estar. (SEGNINI, 2000).

Segnini (2000) expõe que as contradições que emergem na relação entre escolaridade e formas de inserção no mundo do trabalho (e do desemprego) possibilitam, em primeiro lugar, afirmar que qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, de gênero, geracional, de etnia), muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades.

Ao refletirmos sobre desigualdades ou diferenças, principalmente a racial, observamos que esta se faz presente no sistema educacional brasileiro e configura-se como limitador de acesso a oportunidades sociais para a população negra, ao mesmo tempo em que restringe a construção de uma sociedade mais equânime e democrática. Revela-se, assim, ser dramático que os estudos realizados, ao longo das últimas décadas, tenham constantemente reafirmado que, no campo da educação, os negros estão em desvantagem em praticamente todos os aspectos observados. Pode-se lembrar que a proporção de analfabetos, assim como a de crianças e jovens que não freqüentam a escola, é maior entre negros. Estes também detêm as maiores taxas de repetência, defasagem idade/série e abandono escolar.



Segundo dados coletados e analisados por Ipea, Unifem e SPM (2008) as diferenças raciais, contudo, são muito marcantes: os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. No ensino fundamental, a taxa de escolarização líquida – que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado à sua idade – para a população branca era de 95,7 em 2006; entre os negros, era de 94,2. Já no ensino médio, essas taxas eram respectivamente, 58,4 e 37,4. Isto é, o acesso ao ensino médio ainda é bastante restrito em nosso país, mas significativamente mais limitado para a população negra, que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho.

No ensino superior, a situação é ainda mais grave. Em um quadro marcado por limitado acesso dos jovens brasileiros a este nível de ensino, o problema é ainda agravado pela expressiva diferença entre brancos e negros. Não apenas observa-se grande desigualdade entre a proporção de jovens brancos e negros matriculados no ensino superior, como também esta desigualdade tem crescido, apesar do aumento observado em ambos os grupos. (SILVA, ROSA, SILVA, 2009)

Silva, Rosa e Silva (2009) colocam que em 1993, a taxa de frequência líquida na educação superior era de 7,7 para brancos e 1,5 para negros. Em 2007, esta sobe para 19,8 para brancos e 6,9 para negros. Esta trajetória significou que a diferença de 6,2 pontos subiu para 12,9 pontos, mais do que dobrou em 14 anos. Como o aumento nesta diferença é crescente até 2003, não sofrendo significativas alterações a partir daí, os dados sugerem que a política realizada nos anos 1990, de aumento da oferta de vagas no ensino superior a partir da expansão da rede privada de ensino, tenha sido fator de aprofundamento das desigualdades raciais no ensino superior.

Ao analisar os dados divulgados pelo DIEESE (2007) verificamos que o perfil de baixa escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA) negra, combinado com outros fatores que dificultam a inserção ocupacional, como os relativos ao preconceito, tornam o segmento desempregado negro ainda mais fragilizado frente a população branca, e, portanto, menos capaz de superar a desconfortável situação de desemprego. Mais da metade dos negros com nível



máximo de escolaridade equivalente a ensino médio incompleto está desempregado. Nas regiões pesquisadas, os percentuais de desempregados variam entre 53,1% (Salvador) e 73,0% (Porto Alegre).

Já entre os não-negros, esse segmento com menor nível de instrução era bem menor. Tais dados ao analisar as regiões metropolitanas expõem que há o grupo que não completam o ensino superior, ou seja, a parcela de não-negros (18,9%) chegou a ser quase cinco vezes maior que a de negros (3,9%), na Região Metropolitana de São Paulo. No outro extremo, a região onde era menor a desigualdade de acesso ao nível superior completo era o Distrito Federal, mas, ainda assim, a parcela de não-negros (26,0%) foi mais de duas vezes superior à de negros (11,9%) (DIEESE, 2007).

A problematização apresentada buscou mostrar como que ensino em geral e o mercado de trabalho estão fortemente imbricados no contexto brasileiro. Frigotto (2001) analisa que no projeto do governo federal, a organização e conteúdo básico explicitados na atual LDB (1996) e, em particular, nos pareceres e portarias que a regulamentam, a Educação subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade - flexível e desregulamentado - geram desemprego, subemprego e exclusão.

Dessa forma, nossa preocupação consiste em analisar se as políticas afirmativasⁱⁱ em vigor desde 2003, (sistema de cotas para negros, etc.) têm oportunizado acesso ao mercado de trabalho que nos últimos anos apresentou um súbito crescimento, diminuindo os índices gerais de desemprego, bem como estabilizou os rendimentos da população economicamente ativa.

Nossa intenção é verificar em que medida tais políticas tem inserido os egressos negros cotistas no mercado de trabalho atual. Para quais cursos? Entendemos as políticas afirmativas empreendidas pelo Estado brasileiro – as reformas na educação brasileira não resolveram o problema de inserção no mercado de trabalho, devido o acirramento da competitividade e a falta de postos de trabalho no mercado, ou seja, os jovens no Brasil em geral (assim como em outros países do mundo) constituem o grupo social mais escolarizado e mais desempregado, ou, mesmo, inserido em trabalhos precários (SEGNINE, 2000). - não tem conseguido inserção para os cotistas negros no mercado, visto que o índice de pessoas



escolarizadas fora da área de formação tem sido elevado. Caso os egressos tenham conseguido romper com essa realidade do desemprego, de que forma isso é feito?

A introdução apresentada buscou mostrar como que ensino em geral e mercado de trabalho estão fortemente imbricados no contexto brasileiro. Os indivíduos procuram se inserir no sistema de ensino (seja profissional ou superior) para melhorar rendimentos ou ascender socialmente. Pretendemos usar os dados de pesquisas que fizemos no decorrer dos anos 1998 a 2006 para reforçar nossa hipótese. Os principais estudos foram:

Globalização e Educação - o Ensino Médio e sua atuação na Integração Nacional, (1998). Esta pesquisa teve como principal problema discutir a globalização, apreendendo a problemática que envolve o trabalho e a educação no contexto histórico, em que a Educação era apresentada como via fundamental para desenvolvimento econômico, social e político do Brasil;

O outro estudo chamado *Trabalho, Qualificação e as Políticas para o Ensino Médio no Brasil (2000)*: buscou analisar e discutir as implantação das políticas e a legislação educacional no Ensino Médio, diante as exigências atuais do mercado de trabalho, no sentido de preparar os indivíduos para articularem os conhecimentos escolares com as inovações e mudanças tecnológicas. A pesquisa mostrou o quanto as leis de mercado nortearam a legislação educacional no país.

Em *Ensino Profissionalizante nas Políticas Educacionais no Brasil e no Paraná*: um estudo de caso do Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP-Prof^a Maria do Rosário Castaldi (2002) pesquisamos a acentuação da interferência das leis de mercado dentro do sistema educativo, analisando o impacto das políticas educacionais na Educação Profissional e assim avaliando sua repercussão no ensino técnico do Estado do Paraná, considerando a preparação para a inserção dos jovens na Educação Profissional de forma a capacitar e qualificá-los.

Nesta pesquisa verificamos que a realidade, que supostamente originou a necessidade de redefinição da Educação profissional de Nível Técnico no final da década de 90, não resolveu o problema de inserção no mercado de trabalho, já que há o acirramento da competitividade e a falta de postos de emprego no mercado de trabalho, além de estimular a privatização dessa modalidade de ensino. As ofertas de emprego ou de ocupações no setor formal estão diminuindo cada vez mais, particularmente no setor industrial, dada às características estruturais da etapa de desenvolvimento das forças produtivas (FERRETI, 2000). Os cursos ofertados



em nível pós-médio, pelo Centro de Educação Profissional Castaldi cumprem predominantemente “funções ideológicas” de justificação do “novo” mercado de trabalho, incentivando o desenvolvimento de atributos para o empreendedorismo. Negligenciando explicitamente funções de desenvolvimento dos fundamentos científicos do processo de trabalho, ou seja, os conteúdos e as práticas consideradas modernas no tão divulgado “novo” mercado de trabalho.

Finalizando, em *Formação Profissional e Ação Sindical no Brasil*. (2006) visamos demonstrar como duas centrais sindicais, Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical, desenvolveram ações de formação e qualificação a partir da reestruturação do mundo do trabalho e da apropriação de um fundo público (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Na época analisaram-se as concepções e as práticas de formação desenvolvidas entre 1998 e 2002, no Paraná, tendo como pressuposto que tais ações poderiam significar resistência ou adaptação às exigências do capital. Destacamos, também, como, através da educação a relação entre Estado-empresa-sindicatos se recoloca, sobretudo na lógica da administração dos fundos públicos destinados à qualificação da força de trabalho, apreendendo as contradições dessas parcerias e o enfraquecimento das lutas sindicais.

Os estudos apresentados evidenciaram que há um abismo entre as proposta apresentadas pelas Políticas Públicas implementadas pelo Estado (com relação à qualificação seja envolvendo a rede de ensino publica e particular ou outros vários segmentos sociais como o patronato, as ONGs, entidades sindicais) com relação à reestruturação do trabalho no capitalismo. As políticas de qualificação e escolarização esbarram na força do capitalismo segmentado e segmentador dos processos de acumulação do capital. Portanto, pretendemos compreender tais políticas integram esse processo ampliado de tensão entre capital e trabalho? Seriam “paliativas”, como se costuma afirmar correntemente ou cumprem funções importantes no controle dos conflitos sociais, nas expectativas e formas de inserção dos sujeitos em algum espaço de mundo fechado e duro do capitalismo atual?

Quando passamos a estudar as populações no mercado, encontramos um grupo social mais escolarizado, inserido em trabalhos precários, visto que as desigualdades ou diferenças raciais fazem se presentes na sociedade atual, gerando preconceitos e intensificando tais desigualdades, por conseguinte barrando a inserção dos jovens egressos cotistas.

Portanto, ao pesquisar sociologicamente como os egressos cotistas



das Universidades Públicas (Estaduais e Federais) que foram pioneiras na implantação das políticas afirmativas (sistema de cotas, etc.) têm conseguido inserção no mercado de trabalho brasileiro na atualidade, num contexto de forte modificação nas relações entre capital e trabalho, podemos relacionar e discutir a integração entre políticas afirmativas, qualificação e escolarização com a tensão entre capital e trabalho.

A seguir, se analisa também quais os principais cursos que mais garantem acesso do egresso negro cotista ao mercado, bem como se pode compreender dentro da relação trabalho, capital e educação, as principais temáticas que norteiam o debate sobre as políticas públicas (afirmativas) , assim como, os estudos sobre o papel da educação na formação profissional dos indivíduos, questionando sua forma ilusória de fazer com que os trabalhadores vejam no processo educativo um caminho para escapar do desemprego.

Por fim, se discuti as políticas afirmativas cumprem apenas funções de controle de conflitos sociais;

Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada para construção da tese fundamenta-se na utilização de referenciais bibliográficos que verse sobre os diversos autores que discutem o imbricamento entre trabalho, práxis, capital, educação (básica, profissional, superior), reestruturação produtiva, qualificação, negros, etc. entre outros indicadores de análise e atuação que envolve o objeto de estudo. Os principais autores que direcionarão os estudos são: Alves, Antunes, Frigotto, Mézáros, Harvey, Florestan Fernandes, Ianni, entre outros autores.

Faremos uma análise de dados e índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTB), Ministério da Educação (MEC), Cadastro Geral de Empregados (CAGED); Instituto de Pesquisas Educacionais (IPEA) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) dentre outros.

Pretendemos visitar as Universidades (UERJ, UENF, UNB, UNICAMP, UFPR) que foram pioneiras na implementação da política de cotas a partir de 2000 a 2004 para coletar dados, bem como fazer entrevistas abertas por meio virtual ou presencial de alguns egressos cotistas das. Coletando dados quantitativo e qualitativos, acreditamos que possamos apreender as transformações e situações



que a educação superior oportunizou a egressos cotistas dessas Instituições de Ensino Superior para ingressar no mercado de trabalho brasileiro. Para isso elaboraremos questionários abertos e se for possível entrevistaremos algumas sujeitos.

Por fim, os resultados ainda não foram obtidos visto que a proposta de pesquisa ainda está sendo encaminhada. Contudo, esperamos como debate conseguir trocar referências sobre o trabalho em questão a fim de reelaborar a proposta em questão.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

Alves, Giovanni (2006) “Crise estrutural do capital, trabalho imaterial e modelo de competência: notas dialéticas”. In: _____ (org.). Trabalho e educação: contradições do capitalismo global. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni.

Alves, Giovanni (1996) “Nova Ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectiva do trabalho: o Brasil nos anos noventa”. In: Teixeira, Francisco J.S. (org.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

Antunes, Ricardo (2000) Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo; Silva, Maria Aparecida Moraes (2004). O avesso ao trabalho. São Paulo: Expressão Popular.

Baltar, Ronaldo (1996) “Neoliberalismo, modernização empresarial e organização sindical”. Revista da ADUEL – Sindiprol: Londrina, ano 1, n.1, p. 47-50, fev..

BRASIL. MTB (2008) A situação dos negros no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador. Novembro. Disponível no site http://www.mte.gov.br/observatorio/rmba_negros_2008.pdf Acesso dia 09 de fevereiro de 2012.

Batista, Paulo Nogueira (1995) “O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. In: Lima Sobrinho, Barbosa [et. al.]. Em defesa do interesse nacional. São Paulo: Paz e Terra, p. 99-144.

Cattani, A. (org.). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

Chesnais, François (1996). A mundialização do capital. São Paulo: Xamã.

Debrey, Carlos (2003) A lógica do capital na educação brasileira: a reforma na educação profissional (1990-2000). Goiânia: Alternativa.

Dias, Luciana de Jesus (2009) Apontamentos sobre a reprodução das desigualdades raciais e a juventude negra. II SIMPÓSIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUANDOS EM SOCIOLOGIA. 24 a 26 de agosto. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP – Prédio Ciências Sociais. Disponível no site http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/simposio/m_8_Luciana.pdf. Acesso dia 07 de fevereiro de 2012.

DIEESE, Escolaridade e Trabalho (2007). Desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos Ano 3 – Nº 37 – Novembro. Disponível no site: <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq37PopulacaoNegra2007.pdf>. Acesso dia 01 de



fevereiro de 2012.

Fernandes,, Florestan (1972) O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Frigotto, Gaudêncio (2001) “Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora”. Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun.. Disponível no site: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso dia 12 de fevereiro de 2012.

Frigotto, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1996.

IPEA; UNIFEM; SPM (2008) Retrato das desigualdades de gênero e raça. 3. ed. Brasília. set. Disponível no site: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf. acesso dia 10 de fevereiro de 12.

Kornis, George E. M. 1(998) “Entre o futuro do capitalismo e o capitalismo futuro: a long and winding road”. São Paulo em Perspectiva, SEAD, São Paulo, v.12, n.2, p.92-99, abr./jun.,.

Leite, Eunice M. (1996) “Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil”. In: BRUNO, Lucia (org.). Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Atlas,. p. 20-42.

Mészáros, István (2005). A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo.

Mészáros, István (2006) Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. **Disponível em:** <<http://www.vinculando.org>>. **Acesso em: 26 abr.**

Nunes, Edson e Carvalho, Marcia Marques de (2007) Ensino Universitário, Corporação E Profissão: Paradoxos e Dilemas Brasileiros. DOSSIÊ. Sociologias, [Online] Porto Alegre, Ano 9, Nº 17, Jan./Jun., P. 190-215. ISSN 1517-4522. Disponível no site <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000100008>. Acesso dia 15 de fevereiro de 2012

Pires, Marília Freitas Campos (1997) “O materialismo histórico-dialético e a Educação”. Interface — Comunic, Saúde, Educ. agosto. Disponível no site: http://www.formacao.org.br/docs/artigo_materialismo.pdf. Acesso dia 09 de fevereiro de 2012.

Segnini, Liliana Rolfsen Petrilli (2000). “Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente”. São Paulo Perspectiva. São Paulo. vol.14 no.2 Apr./June 2000. Disponível no site <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9791.pdf>. acesso dia 13 e fevereiro de 2012.

Silva, Adailton da, ROSA, Waldemir, Silva, Josenilton da (2009) “Juventude negra e educação Superior” Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade.(org): Juventude e políticas sociais no Brasil .Brasília : Ipea, (p. 262-263).ISBN 978-85-7811-039-0. disponível no site: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_JuventudePolíticas.pdf



Souza, Nilda Rodrigues de (1998) Globalização e educação: o ensino médio e sua atuação na Integração Nacional. Monografia (Bolsa de Estudo da Fundação Milton Campos e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Menção Honrosa) – Brasília/DF.

Souza, Nilda Rodrigues de (2003) O ensino profissionalizante nas políticas educacionais no Brasil e no Paraná: um estudo de caso do Centro Estadual de Educação profissional- CEEP - Prof^ª. Maria do Rosário Castaldi. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina.

Souza, Nilda Rodrigues de (2003) O ensino profissionalizante nas políticas educacionais no Brasil e no Paraná: um estudo de caso do Centro Estadual de Educação profissional- CEEP - Prof^ª. Maria do Rosário Castaldi. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina,.

Souza, Nilda Rodrigues de (2000) Trabalho, qualificação e as políticas para o ensino médio no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina.

Souza, Nilda Rodrigues de (2006) Formação profissional e ação sindical no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, – Londrina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS A SEREM USADAS

Arruda, Maria Arminda do Nascimento. (1996) “A imagem do negro na obra de Florestan Fernandes”. In: Schwarcz, Lilia K. M.; Queiroz, Renato da Silva (orgs.). Raça e diversidade. São Paulo: Edusp.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento¹(1996b). “Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes”. In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura (orgs.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB,.

Bastide, Roger e Fernandes, Florestan (1971). Brancos e negros em São Paulo. São Paulo Companhia Editora Nacional.

DIEESE, (2007). Escolaridade e Trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos;

DIEESE. (2011) Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011. São Paulo: DIEESE,;

Fernandes, Florestan. (1965) A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”. São Paulo: Dominus Ed.v.1;

Fernandes, Florestan (1965). A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era v.2. Dominus Ed.;

Ianni, Otavio (1988) Escravidão e racismo, 2^a ed., São Paulo, Hucitec,.

Ipea. (2009) Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, n. 17,;

Ipea (2007) Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, n. 13,;

Ipea (2008) Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, n. 16,



Guimarães, A. S. A (2005). “Argumentando pelas ações afirmativas”. In: Racismo e anti-racismo no Brasil. Castro, Jorge Abrahão; Aquino, Luseni Maria C. de, Andrade, Carla Coelho de (orgs) Juventude e políticas sociais no Brasil Brasília : Ipea, 2009. 2. ed. São Paulo: Editora 34,. v. 1. 264p.

REIS, D. B 2007. “Acesso e permanência de negros no ensino superior: o caso da UFBA”. In: Lopes, M. A.; Braga, M. L. S. (Org.). Acesso e permanência da população negra no ensino superior. Brasília: SECAD/MEC, Unesco.

Retrato das desigualdades de gênero e raça (2008). Análise preliminar dos dados. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.





ⁱ A seguir quando descrevermos sobre a educação destacando alguns índices que mostram como ela e se constitui com um campo de desvantagens para os indivíduos negros.

ⁱⁱ A partir da Lei 10639/2003 criou-se a Resolução CNE/CP nº 1/2004, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22/6/2004, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. O Parecer CNE/CP nº 003/2004, homologado em 19 de maio de 2004 pelo Ministro da Educação, expressa em seu texto que as políticas de ações afirmativas, no campo educacional, buscam garantir o direito de negros e negras e de todos os cidadãos brasileiros ao acesso em todos os níveis e modalidades de ensino, em ambiente escolar com infra-estrutura adequada, professores e profissionais da educação qualificados para as demandas contemporâneas da sociedade brasileira, e em especial capacitados para identificar e superar as manifestações de preconceitos, racismo e discriminações, produzindo na escola uma nova relação entre os diferentes grupos etnicorraciais, que propicie efetiva mudança comportamental na busca de uma sociedade democrática e plural. O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. (Parecer Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana CNE/CP nº 03/2004)